A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO-EXCLUSÃO SOCIAL DA MULHER: uma questão de gênero?*

Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca[1]

RESUMO: Utilizando a categoria analítica gênero, este trabalho mostra como se dão historicamente as relações sociais (de poder) entre homens e mulheres e como os valores femininos vão cedendo lugar aos masculinos. Nesse contexto, assume especial importância o processo educativo enquanto um dos determinantes da inclusão/exclusão social da mulher.

UNITERMOS: Mulher-Preconceito-Educação

1. O PROCESSO SOCIAL DE CONHECER (a mulher)

Para existir em sociedade, ou seja, no processo de construção de sua vida social, os homens estabelecem determinadas relações entre si e com a natureza. Ao mesmo tempo que vão estabelecendo as relações técnicas de produção, vão criando a estrutura social, que se constitui fundamentalmente de relações de poder. Entre as classes sociais, estas relações são determinadas pela detenção dos meios de produção por certos conjuntos de indivíduos que, na verdade, acabam determinando a forma como se dá o próprio existir. Entre os sexos, este poder diferencia homens e mulheres, num processo em que a importância e a valorização social da mulher é sempre menor que a do homem. Este poder social traduzido em forma de poder econômico, transforma-se em poder político, materializado nas políticas que incluem ou excluem os indivíduos socialmente.

Para legitimar esta forma de existir e o poder que dela redunda, os homens elaboram representações mentais dessas relações sociais, que interagindo, fazem expandir e crescer a consciência num processo dialético de compreensão da realidade objetiva. Nesse processo, a consciência vai se desenvolvendo e ampliando o seu alcance, buscando cada vez mais otimizar as respostas às exigências imediatas da ação humana e propiciar a explicação dos elementos da vida. Assim ocorre o processo originário do conhecer, que é o desenvolvimento de uma força explicativa, capaz de estabelecer os nexos entre os objetos e situações da realidade e que gera um sentido na consciência subjetiva, como uma força compreensiva [16].

Disto pode ser inferido o próprio conceito de conhecimento que é...

> *o esforço do "espírito" para compreender a realidade objetiva, dando-lhe um sentido, uma significação, mediante o estabelecimento de nexos aptos a satisfazerem as exigências intrínseca de sua subjetividade. Mas são várias as formas de conhecimento, culturalmente já caracterizadas, em função das peculiaridades de seu processo de elaboração: assim, o senso comum, o mito, a religião, a arte, a ciência são, de suas perspectivas específicas, esforços de compreensão dos vários aspectos do real*[16].

Se o ato de conhecer se respalda na prática social, o sujeito deste conhecimento, produto destas relações sociais, não se constitui num indivíduo isolado, mas num sujeito social.

A função social da educação é a transmissão

---

* Trabalho apresentado na mesa-redonda "Inclusão e Exclusão: Lutando contra a Discriminação e o Preconceito" no I Congresso Nacional de Supervisão Educacional e VIII Encontro Estadual de Supervisores de Ensino. São Paulo, 2 e 3 de maio de 1994.

1 Enfermeira. Docente do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da USP.

desses conhecimentos, para que o educando possa interagir na sociedade, instrumentalizando-se para transformá-la. Nesse sentido, não basta ao homem criar o conhecimento, mas transformá-lo no processo de reprodução social.

O ato de produzir o conhecimento não é obra de uma consciência singular, mas uma das formas de prática social, prática que tem como sujeito os homens articulados entre si por relações sociais. Esta concepção de conhecimento, como processo de produção social e de um sujeito coletivo, demarca e orienta nossa tarefa no campo da aprendizagem [8].

A aprendizagem se dá num movimento dialético entre o homem e a realidade que é *"objetiva"* por existir fora da consciência humana. Nesse processo ele capta, transforma e devolve à realidade o conhecimento, agora sob sua ação, modificando os elementos que o rodeiam. O processo é contínuo e dinâmico, com duplo sentido de direção, no qual o educando se transforma e transforma a realidade da qual participa.

Nesse sentido, a educação só se dá como prática transformadora quando se pauta em conhecimentos que ampliam a visão sobre a realidade, que não é alguma coisa isolada do ser humano, mas o conjunto das relações sociais no qual ele vive.

Esta é a razão pela qual a compreensão da condição social da mulher, tem que se reportar à história das relações estabelecidas entre a humanidade e a natureza, e também entre os humanos, para a produção das condições necessárias à sua sobrevivência. A história da humanidade, transmitida oralmente nos primeiros tempos ou - depois da invenção da escrita e das demais formas de comunicação tecnológica - documentada, escrita e gravada, tem sistematicamente descrito a mulher como menos importante que o homem e não raro associada a representações negativas sobre a vida.

A história da humanidade tem sido androcêntrica, assim como a maior parte de todo o conhecimento construído. Pode-se dizer que esta foi a primeira forma de exclusão social da mulher, ou seja, da própria história da humanidade. Decorrente desta, muitas outras formas de exclusão têm se evidenciado.

A seguinte fala (de um homem) retrata muito bem esta situação:

Enquanto o homem satisfaz seus desejos, libera seus instintos, trabalha, casa, come, dorme, faz sexo, diverte-se em liberdade, a mulher é reprimida e sua repressão tem sido a causa de tremendas infelicidades. Mas como não reprimí-la se, segundo a Bíblia, ela é culpada do pecado original! Confúcio, muito à vontade assinala que "a mulher é o que há de mais corruptor e corruptível no mundo". Péricles, quase na mesma época, afirma que "as mulheres, os escravos e os estrangeiros não são cidadãos". Aristóteles não fica atrás: "Da mulher pode-se dizer que é um homem inferior"(...) E o mesmo pode-se dizer de Henrique VIII: 'As mulheres casadas, as crianças, os idiotas e os lunáticos não podem legar suas propriedades'[10].

Para diferenciar mulheres e homens, não apenas biológica, mas socialmente, e assim romper com a compreensão dicotomizada dos papéis sociais e abrir possibilidades de superar a condição de subalternidade feminina, a análise crítica da história da mulher na sociedade deve ser feita sob o recorte analítico de gênero.

O termo *"gênero"* tem sido largamente utilizado na literatura feminista anglo-saxônica, principalmente em estudos sociológicos e antropológicos. A despeito de inicialmente ter sido confundido com *"papel sexual"*, por ater-se a uma visão funcionalista da sexualidade, atualmente, a concepção de gênero subjacente à visão materialista histórica e dialética é a que se refere ao sexo social e historicamente construído[5].

Embasado nisto, a definição de gênero implica em dois níveis, quais sejam, o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os dois sexos, e o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis [15].

Ao assumir gênero como uma construção sociológica, político-cultural do termo sexo, CASTRO[5] chama a atenção para:

a . que o sexo não seja visto como uma variável demográfica, biológica ou natural, mas que integre toda uma carga cultural e ideológica. Baseado na acepção de BEAUVIOR[2], *"ninguém nasce mulher, mas se faz mulher'*, a autora afirma a indicação implícita para a necessidade de referências concretas sobre a identidade masculina e a feminina.

b . a impossibilidade da compreensão do es-

pecífico da identidade feminina, da posição da mulher na sociedade, da valorização de seu trabalho, das divisões sexuais do trabalho/poder/exercício erótico, sem a compreensão do específico da identidade masculina e do comum ao humano, já que o homem e a mulher são construções de gênero no humano.

c . o gênero como realização cultural através de ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico. Ainda, afima que tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas do cultural que se dão como totalidades, em lugares e períodos determinados.

Este enfoque rompe com a visão de que as discriminações contra as mulheres se produzem pela perversidade natural dos homens, recolocando-a num sistema de relações que se *"perpetua porque serve a interesses, ainda que não tenham sido diretamente engendradas para este fim"*[5].

Segundo a mesma autora, inclusive, esta colocação amplia a visão da análise sob a teoria do patriarcado, negando a transhistoricidade implícita no termo por indicar a base material imediata para sustentação do poder negado às mulheres, e a relatividade da imputação ao homem, ao pai, da imposição do poder.

Em síntese, pode-se dizer que a categoria gênero pressupõe a compreensão das relações que se estabelecem entre os sexos na sociedade, diferenciando o sexo biológico do sexo social. Enquanto o primeiro refere-se às diferenças anátomo-fisiológicas, portanto, biológicas, existentes entre os homens e as mulheres, o segundo diz respeito à maneira que estas diferenças assumem nas diferentes sociedades, no transcorrer da história.

O sexo social e historicamente construído é produto das relações sociais entre os homens e mulheres e deve ser entendido como elemento constitutivo destas mesmas relações, nas quais as diferenças são apresentadas como naturais e inquestionáveis. Ao contrário, a análise mais profunda de tais relações revela condições extremamente desiguais de exercício de poder, onde as mulheres vêm ocupando posições subalternas e secundárias em relação aos homens. A utilização da categoria gênero pretende assim explicar, à luz destas relações de poder, as manifestações sociais das mulheres, entre elas, neste ensaio, o processo de exclusão social da mulher.

Vista sob este recorte analítico, a história da mulher dentro da história humana mostra, claramente, a sua participação na construção da sociedade e também como os valores femininos foram cedendo lugar aos masculinos nas várias formas de civilização. Para efeito deste ensaio, no entanto, reportar-nos-emos à história da civilização ocidental.

Num segundo momento, apontaremos como a educação tem referendado a exclusão social da mulher como condição básica para que sejam encontrados caminhos para a sua superação.

2. A MULHER NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Segundo MURARO[12], foi na sociedade de caça aos grandes animais que se iniciou a supremacia masculina. Nas culturas de coleta e de caça aos pequenos animais, e mesmo nas primeiras sociedades agrícolas, os grupos humanos eram matrifocais e matrilineares, especialmente porque era desconhecida a função reprodutiva do homem e, portanto, a paternidade.

> *A mais simples forma de organização familiar foi a da mulher com seus filhos vivendo juntos no clã (..) Conhecendo-se a mãe e não o pai, a herança era traçada pela linha materna (...) elevando a importância da mãe no lar e na sociedade* [9] .

No matricentrismo, provavelmente, a ordem social era fluida e permissiva. As crianças ficavam com as mulheres, já que estas eram mais permanentes que os homens nos grupamentos humanos. Em geral, parece não ter havido chefes ou líderes, mas rodízio de poder. A divisão sexual do trabalho variava de um tipo de sociedade para outro, sendo às vezes permissiva e em outras muito rígida. A passagem para as sociedades patriarcais se deu quando foi descoberta a função reprodutiva do homem, e foram criadas as condições para o surgimento da propriedade privada pela produção do excedente, que não era apropriado pelos detentores dos meios de produção. Não se sabe com exatidão a época histórica em que isto ocorreu, mas estima-se que na era neolítica, há cerca de oito a dez milhões de anos[13].

> *O crescimento da propriedade privada e transmissível, sob a forma de produtos da terra, trouxe consigo a subordinação sexual da*

mulher, pois o marido exigia agora a exclusividade dela para ser o destino do fruto do seu trabalho. O surgimento do patriarcalismo foi fatal à supremacia e autonomia da mulher (...) Estava definitivamente encerrado o período histórico em que a mulher respondia pela unidade familiar, pela organização da sociedade e pela herança dos bens[9].

A caça influenciou grandemente a mudança no *status* da mulher na maior parte das sociedades primitivas, mudando também a relação da humanidade com a natureza e com os outros animais, relações estas que se transformaram, de pacíficas e cooperativas, em violentas e competitivas[12].

Segundo o historiador e mitólogo americano Joseph Campbell, a própria história dos mitos permite retraçar os caminhos da espécie humana. Os mitos da criação do mundo podem ser divididos em quatro grandes grupos que correspondem às etapas cronológicas da história da humanidade, que se sucedem, testemunhando a transição da sociedade matricêntrica para a patriarcal (Campbell apud MURARO [13]).

Na primeira etapa, o mundo e tudo o que nele existe é criado por uma Grande Mãe, por uma Grande Deusa. Na mitologia grega, esta grande mãe é representada por Gea, a Mãe Terra, da qual nascem todos os protodeuses, entre as quais Réa que vem a ser mãe de Zeus, o deus supremo do Olimpo. No segundo caso, a Deusa é associada a um consorte, como acontece na mitologia sumeriana, onde uma Deusa é destronada por um Deus Solar masculino, tornando-se apenas a sua criada. Na terceira etapa o mundo é criado por uma dupla homem-mulher (masculino-feminino), ou por um Deus andrógino como acontece na mitologia chinesa, onde o que rege a vida são os princípios Yin e Yang.

Entretanto, na história da humanidade sobre a Terra, a partir do segundo milênio, em quase todas as mitologias o deus supremo é masculino e cria o mundo sozinho. O exemplo mais próximo da nossa civilização é o da mitologia judaico-cristã representada por Javé, o Deus todo poderoso, onipotente e onipresente, que controla todos os aspectos da vida humana. Outra característica importante deste deus é ser único e deter sozinho todo o poder. Conforme LEITE[9], quando a fé do homem migrou do politeísmo para o monoteísmo, houve um banimento das deusas, admitindo-se para as mulheres sagradas a partir daí, o papel - ainda importante, mas acessório e secundário - de gerar deuses, estabelecendo no máximo uma ligação entre a criatura e seu criador. Este é o grande mito que sustenta a ideologia de submissão da mulher até nossos dias.

Para MURARO[13], provavelmente o patriarcado teve uma origem lenta e gradual, e foi mudando as relações entre homens e mulheres à medida em que a divisão do trabalho os separava cada vez mais.

A descoberta da paternidade levou também à necessidade do controle da sexualidade e, portanto, ao estabelecimento de uma efetiva relação de poder, no qual a supremacia masculina passou a se estabelecer, principalmente, através da noção de moralidade descrita como o controle social a partir do próprio oprimido, através de regras criadas pelos dominantes e que servem para manter os dominados internamente oprimidos, enquanto os dominadores podem romper as regras inventadas por eles próprios, sem qualquer sentimento de culpa. Este é o reverso dos princípios que regulavam o matricentrismo. Daí por diante, a supremacia masculina sempre esteve presente em todos os tipos de sociedade, com maior ou menor evidência [12].

Nas sociedades pastoris, a despeito da existência de rainhas guerreiras, as mulheres são propriedade sexual dos homens. Para preservar e perpetuar o controle da sexualidade, as meninas são educadas para a extrema castidade, para sentir vergonha do corpo e treinadas para a vida privada, para os trabalhos domésticos. Aos meninos, ao contrário, é incentivada a vida pública, a coragem, a virilidade e a independência.

Nas sociedades agrárias, as mulheres são responsáveis pela maior parte do trabalho. A exploração do trabalho escravo ou semi-escravo se constitui como o próprio fulcro do poderio econômico da classe dominante, e a estratificação em classes sociais ocorre *pari passu* com a sexual, razão pela qual a socialização é extremamente segregadora. Para aliviar as tensões entre os sexos, as mulheres são ensinadas a camuflar a resistência ao poderio masculino através de táticas de sedução.

Às meninas é ensinada a arte doméstica e de manipulação dos homens e aos meninos as profissões dos seus pais, a iniciativa e a coragem[12].

O controle da sexualidade das mulheres não é proporcional ao dos homens nessas sociedades,

o que provavelmente dá origem a um duplo comportamento sexual das mulheres, consoante sua dupla função sexual - a maternidade e o prazer-separando-as em mães e esposas, ou prostitutas.

No entanto, nenhum período histórico foi mais cruel para as mulheres como a Idade Média, época em que a supremacia masculina se materializou de diversas formas. A mais impressionante foi a caça às bruxas como forma de apropriação do saber feminino, especialmente aquele relacionado ao cuidado com o corpo e com a saúde, como pré-condição para a plenitude do saber masculino, antes da eclosão da era tecnológica.

A partir da época da Caça às Bruxas é que foram fixados os papéis sexuais como os conhecemos até na atualidade. O sistema econômico evoluiu para o Mercantilismo e depois para o Capitalismo, sempre tendo em sua base uma cultura na qual a mulher era segregada e desconsiderada como sujeito social autônomo. Isto ocorreu a despeito da grande presença pública da mulher em diferentes áreas sociais, também em função da ausência masculina devido às guerras. Para alguns historiadores, a caça às bruxas criou condições, inclusive, para o surgimento do Estado Moderno, pela normatização do corpo para a não transgressão das normas sociais. Para o trabalho que mais tarde viria a se estabelecer na industrialização, era mais necessário o corpo normatizado, que para o trabalho agrário. De uma certa forma, a normatização da atuação social feminina durante a caça às bruxas serviu de pré-condição para o nascimento do corpo dócil do operariado europeu no século XX.

Das pessoas executadas por bruxaria, 85% eram mulheres e, em sua quase totalidade, mulheres pobres. Muitas delas eram velhas viúvas ou solteironas, isto é, mulheres que não tinham homens para as protegerem e cujos pedaços de terra eram cobiçados por vizinhos. Muitas eram mendigas e eram mandadas queimar, em vez de serem alimentadas. Outras ainda eram membros de seitas "heréticas" do tempo, que aceitavam mais que a Igreja Católica a presença de mulheres. E assim como começou, esta história também acabou quatro séculos depois, durando do século XIV até o século XVIII. Mas ao acabar na Europa, passou para o outro lado do Atlântico, vindo a terminar nas Américas somente no século XIX. Esta paranóia e a histeria coletiva, que é sua origem, são da mesma natureza que o pavor masculino da mulher, principalmente da mulher menstruada nas culturas mais simples e cujo protagonista mais sofisticado foi Aristóteles, que dizia que uma mulher menstruada tinha o poder de empretecer os espelhos ... [12]

O mais impressionante é que nessa mesma época, em que a mulher e o demônio dominavam o imaginário e a moral européias, iniciava-se o processo de mistificação da feminilidade, principalmente pelo amor cortês, que colocava as mulheres das classes dominantes num pedestal de pureza e idealização, aos pés do qual os homens proclamavam seus amores e seus feitos guerreiros. A música, a literatura, a pintura e várias outras formas de representação do social da época tinham o mesmo teor e finalidade. Esta espécie de amor romântico, ao mesmo tempo que o ódio fulminante, impediram a entrada da mulher na Renascença no mesmo patamar social que o homem, preparando o mundo para as formas emergentes da ideologia capitalista, que mais tarde constituíram as relações sociais das sociedades industrializadas. A nova imagem das mulheres das classes superiores foi criada graças a várias características que constituíam, já no final da Idade Média e da Renascença, a nova feminilidade: o culto da domesticidade, a fabricação da infância, a criação do amor materno, o pedestal feminino e, finalmente a propagação do amor romântico [13].

Nos sistemas que se seguiram ao Feudalismo, tampouco a situação social da mulher mudou. Mesmo no Socialismo, concretizado em algumas partes do mundo com a pretensão de ultrapassar as grandes contradições do Capitalismo, inerentes à propriedade privada, a subalternidade feminina continuou existindo sob diferentes formas, como por exemplo, a dupla jornada de trabalho aumentada pela militância política, o que, na verdade, triplicava o trabalho da mulher. Outras formas de discriminação social foram evidenciadas, principalmente nas políticas sociais de controle da reprodução biológica, de trabalho etc.

3 . A EXCLUSÃO SOCIAL DA MULHER HOJE NO TERCEIRO MUNDO

A análise da situação social da mulher no Capitalismo que, para efeito deste ensaio, nos interessa mais de perto, deve, no entanto, ser precedida pela introdução do conceito de *"acele-*

ração histórica". Este conceito facilita a compreensão de que as fases históricas da humanidade não são cronologicamente semelhantes, especialmente quando é levado em conta o tempo necessário para a assimilação das mudanças sob a forma de consciência crítica. Isto significa dizer, por exemplo, que enquanto entre as fases de coleta e caça foram consumidas mais de 90% da existência humana na Terra, 90% das invenções tecnológicas aconteceram durante o século XX. Na aceleração histórica, os fatos ocorrem mais rapidamente e com mais intensidade do que a consciência humana pode acompanhar, razão pela qual hoje a desatualização do conhecimento é constante e esperada.

É importante ainda considerar que os benefícios dos avanços tecnológicos não são homogeneamente distribuídos, com a maior parte sendo retida por muito poucos, enquanto a maioria vive em condições altamente precárias. Segundo o Banco Mundial, por exemplo, mais de 1 bilhão de pessoas hoje, em todo o mundo, dispõem de apenas um dólar diariamente para viver, o que os coloca muito abaixo dos patamares de pobreza.

Embora o Capitalismo como sistema social tenha surgido no século passado, é neste século que ele se consolida, tendo sido necessárias duas guerras para isto. Para que pudesse se consolidar, o sistema capitalista imputou às classes trabalhadoras e à mulher, condições de vida altamente controladoras. Inicialmente, domesticou-a e controlou sua sexualidade para que produzisse física e socialmente os filhos necessários à implantação da industrialização. Depois, quando a valorização da quantidade de força de trabalho foi substituída pela qualidade, chamou-a para o mercado de trabalho e reduziu a sua fecundidade, na maior parte das vezes, espoliando seu corpo e sua saúde.

No Terceiro Mundo, este capitalismo tem submetido a maior parte da população a níveis e condições inaceitáveis de vida. À extrema riqueza de alguns, corresponde a extrema pobreza de outros. No quadro brasileiro de *"colapso da modernização"*, chama a atenção o fato de o Capitalismo atual operar muito mais por exclusão, que por inclusão dos sujeitos sociais. Os índices de desemprego e subemprego revelam que a maior parte das pessoas se encontra à margem do mercado de trabalho, ou do perfil de consumo compatível com uma qualidade de vida socialmente aceitável. Cada país é dividido em bolsões de riqueza absoluta e miséria absoluta, em substituição à distinção entre países de Primeiro e do Terceiro Mundos. A diferença entre estes *"mundos"* está no número de pessoas que pertence a cada um deles, em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição de renda e de garantia dos direitos sociais consolidados [6].

Este processo de exclusão social acaba penalizando mais as mulheres que os homens por conta da inserção diferenciada de ambos no processo de reprodução social. Segundo SAFFIOTI[14], ao homem é atribuído poder pelo fato de ser homem, independente de suas capacidades. Tal poder varia em função da sua forma de inserção nas diferentes classes sociais, existindo, no entanto, sempre uma mulher com menos poder que o último dos homens.

Uma das esferas principais de visualização desse poder é a que se refere ao mundo do trabalho, no entanto, a análise da ocupação/profissionalização da mulher deve relacioná-las às particularidades do seu processo de escolarização, já que uma das funções primordiais da escola é a qualificação da força de trabalho, com a função precípua de integrá-la ao sistema produtivo, seja no âmbito do público, como do privado, ou, no caso da mulher, de ambos.

A primeira lei brasileira concedendo à mulher o direito de instrução de primeiro grau, data de 1827 e foi fruto de muitas lutas. Daqueles tempos até hoje, a situação mudou bastante, com as mulheres sendo maioria no conjunto de analfabetos e também nos que chegam à escolaridade superior [7].

Dados do IBGE indicam que enquanto apenas aproximadamente 5,4% dos homens que ingressam na escola atingem o terceiro grau, para as mulheres este número chega a 11,2% [3].

No entanto, apesar da não discriminação explícita no acesso à instrução, esta aparece em outras fases da trajetória educacional, especificamente com a segregação de gênero por ramos de conhecimento e profissões. Por exemplo, o ensino superior de Psicologia conta com 86,2% de mulheres, o de Ciências Humanas e Sociais, com 84,4% e, finalmente, o de Ciências Biológicas e da Saúde com 40,0%. Por outro lado, nos curso ligados às Ciência Exatas e Tecnológicas as mulheres são apenas 18,2%. Um dos maiores contigentes femininos no ensino profissionalizante é o de enfermagem, onde no nível médio a participação é de 70,7% e no superior, de 90% aproxima-

damente [7].

Para compreender essa situação, cabe proceder à análise de como o próprio processo educativo condiciona que as mulheres se insiram no mundo do trabalho (remunerado ou doméstico) com tais particularidades e ainda, como através dele, perpetua-se a naturalização dos *"papéis femininos"*, principalmente através da escolarização formal. Para tanto, há que se refletir também, ainda que brevemente, sobre a função social da escola.

Embora pretensamente neutra, a escola reitera e transmite todo o sistema ideológico e simbólico que existe na sociedade. Dada a situação social da mulher no capitalismo, descrita anteriormente, que referenda e reproduz a subalternidade feminina em praticamente todas as esferas da vida humana, é de se esperar que a escola reflita este sistema de idéias, através de diferentes formas.

> *O sistema educativo é uma estrutura hierárquica, autoritária, rígida, de sentido profundamente político, que tem suas vítimas e seus instrumentos tanto no docente como no aluno. O aprender que se opera no sistema educativo leva a uma alienação da própria necessidade, a um pensamento metafísico, não dialético, a um pensamento idealista e a um identificar o conhecimento como a repetição da palavra autorizada, isto é, a negação do sujeito como sujeito congnoscente* [8].

Tanto o conhecimento como a aprendizagem são da esfera política porque, o que constitui o homem como sujeito cognoscente é o fato dele ser sujeito da própria praxis. Neste sentido, se a praxis escolar também é androcêntrica, referendando papéis sexuais clara e rigidamente definidos como suporte para a vivência em sociedade, o conhecimento gerado no espaço escolar, como todo o processo educativo, revelam esta praxis.

Todo sistema de relações para sua continuidade necessita gerar indivíduos aptos para produzí-lo, fazendo-o das mais variadas formas, segundo métodos de pensamento e modelos conceituais que reproduzam as formas de consciência compatíveis com a estruturação social. Assim

> *...A sociedade cria uma pedagogia que pretende a internalização de modelos geradores de sujeitos que continuem reproduzindo a sociedade*[8] .

Para WHITAKER[17], o primeiro problema sexista na escola é a ausência masculina na função de educar crianças pequenas, dificultando a percepção da realidade para a criança, porque ela o faz muito mais através da visão da mulher que do homem. Referenda isto a visão da educação como sacerdócio ou vocação, com graves conseqüências, como por exemplo, imprimir a esta prática social uma conotação de trabalho complementar às tarefas domésticas. A escola espera das meninas um comportamento dócil, meigo e obediente, justificando atitudes agressivas dos meninos, alegando ser esta uma das características masculinas e naturalizando comportamentos sociais historicamente determinados.

O sexismo nos livros didáticos se expressa principalmente pela veiculação de papéis estigmatizados e estereotipados em relação à mulher. Assim, fixa no imaginário da criança a figura da dona de casa, obediente ao marido, ou da mulher no trabalho, como representante legítima das práticas sociais feminizadas.

Para superar esta situação, a proposta de uma nova educação pretende que esta prática seja compreendida e repensada através de um processo educacional que atue como ferramenta de liberdade e de transformação social. Somente assim a educação, ao invés de reiterar as contradições, passa a ser toda experiência na qual as pessoas mudam a sua maneira de ver as coisas, enriquecem a maneira de encarar a si mesmas, os outros e a realidade objetiva. Acreditamos que isto possa ser feito, entre outras coisas, fundamentando o processo educativo na visão de que as diferenças entre mulheres e homens são social e historicamente determinadas e como tal, passíveis de transformação.

4 . À GUISA DE CONCLUSÃO

Gostaríamos de finalizar essa fala, refletindo um pouco sobre como, na área da saúde e em última instância, na enfermagem, podemos implementar uma praxis educacional transformadora da situação social da mulher na atualidade, fundamentada na perspectiva de gênero.

Ocorre que enquanto nas Ciência Sociais, apesar de não hegemônico, esse enfoque tem sido corrente, na área da saúde ele é ainda praticamente desconhecido. Este desconhecimento leva a que seja estigmatizado e alvo de preconceitos. Assim como a História, as Ciências Biológicas - e as práticas sociais que delas resultam - são andocêntricas. Se na sociedade

em geral, o poder é adulto, masculino, branco e rico, no caso da saúde ele é adulto, masculino, branco, rico e médico. Romper com essa dominação significa reconhecer não só a importância social da mulher, como a das demais práticas que compõem a assistência à saúde coletiva, além da prática médica, entre elas, a da enfermagem.

Há que se reconhecer que, enquanto processo de trabalho situado na área específica da prestação de serviços, o ensino de enfermagem encontra-se alicerçado em um modelo de educação hegemônico, subjacente a um dado projeto político que, por sua vez, se materializa nas políticas vigentes de formação e qualificação de recursos humanos em saúde. Se estas políticas são universalizadoras, encarando mulheres e homens como supostamente iguais, porém, na prática, sem os mesmos direitos, a possibilidade de superação reside na luta em várias frentes.

Na nossa vivência docente, tem sido altamente gratificante detectar mudança na visão das alunas de enfermagem, tanto do nível de graduação como de pós-graduação, em relação ao processo existencial da mulher, quando é introduzida a reflexão sobre a situação social da mulher, a partir da perspectiva de gênero. Isto tem favorecido a elas a compreensão do processo saúde-doença como socialmente determinado, e a forma que ele assume, quando visualizado sob um recorte analítico que diferencia homens e mulheres socialmente, a partir da maneira como a sociedade se organiza no processo de reprodução social.

Por serem mulheres, sentimos que este tipo de reflexão propicia a ampliação da sua consciência em relação à própria vida, ao corpo, às relações que estabelecem com os homens (médicos, pais, companheiros, maridos etc.), com o trabalho, e também, com o próprio processo de construção do conhecimento. Não são raras as vezes que se referem a esta visão, como aquela que satisfaz à sua ânsia de compreensão da realidade objetiva nesses aspectos.

Tal prática, implementada através da prática formal de ensino ou de pesquisa, tem propiciado avançar muito, inclusive no que diz respeito às relações pessoais que podem ser estabelecidas entre professora e alunas, dado possibilitar compreendermos antes de tudo, que as questões da mulher na sociedade são, na verdade, nossas próprias questões que emergem na nossa singularidade, dependendo da maneira como incorporamos, na nossa individualidade, as determinações sociais mais amplas. A intersubjetividade que assim se estabelece é que propicia, inclusive, apontar para uma praxis transformadora, não só na nossa prática de enfermagem, mas na nossa prática enquanto cidadãs, portanto, sujeitos sociais portadores de poder de transformação social. Tal poder poderá ser fortalecido na medida em que, transformado de poder individual para coletivo, ele venha a se constituir em poder grupal (da enfermagem), articulando às demandas das mulheres, vocalizadas hoje pelos movimento de mulheres, através das lutas que buscam o impacto do movimento feminista na sociedade [1].

Mulheres que somos, cabe também a nós, enfermeiras, lutar pela valorização da enfermagem no contexto valorização social da mulher, pois é inegável a contribuição que podemos dar, tanto ao sistema de saúde como à sociedade geral. A participação específica das docentes, nessa perspectiva, situa-se na possibilidade de formar enfermeiras críticas da sua própria situação e da situação social da mulher.

ABSTRACT: Using gender as an anlitic cathegory, this paper shows the way the social relations between men and women operate historically and how the female values give place to the male ones. In such context, the educational process has a special importance as one of the determinants of the woman social inclusion/exclusion.

KEYWORDS: Woman - Prejudice - Education

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARSTED, L.A.L. Em busca do tempo perdido. *Estudos Feministas,* n.especial, p.38-54, 1994.

2. BEAUVOIR, S. *O segundo sexo.* São Paulo: Nova Fronteira, 1989,2v.

3. BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1987/1988.* Rio de Janeiro, FIBGE, 1988.

4. BRUSCHINI, C. Mulher e trabalho: a brasileira conquista novos espaços. *Mercado Global*, n.87, p.52-59, 1992.

5. CASTRO, M.G. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RIO DE JANEIRO. *Mulher e Políticas Públicas.* Rio de Janeiro, IBAM/ UNICEF, p. 39-69, 1991.

6. CHAUÍ, M. De alianças, atrasos e intelectuais. *A Folha de São Paulo*, 24 de abril de 1994, p.6-8, 6-9.

7. CONSENZA, G. Universitárias. *Presença de mulher*, ano 6, n.24, p.6-7, 1993.

8. INSTITUTO PICHON-RIVIÈRE DE SÃO PAULO. *O processo educativo segundo Paulo Freire & Pichon-Rivière.* 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1991.

9. LEITE, M.C.L. *Mulheres*: muito além do teto de vidro. São Paulo: Atlas, 1994. 270p.

10. MARCHANT, J. Apresentação. In: LOI, I. *A mulher*. São Paulo: Jabuti, 1988. 52p.

11. MIRANDA, C.M.L. O discurso da sexualidade como eixo de instrução da Enfermagem Moderna. *Saúde em Debate*, Londrina. n.36, p.73-75, 1992.

12. MURARO, R.M. *A mulher no terceiro milênio*: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, 250p.

13. _____. A repressão dos valores femininos no mundo e na Igreja- pontos para uma reflexão teólogica. In: RIBEIRO, H. (coord.) *Mulher e dignidade:* dos mitos à libertação. São Paulo: Paulinas, 1989 (Série Teologia em Diálogo).

14. SAFIOTTI, H. Violência de gênero no Brasil Atual. *Estudos feministas.* v2. n. 94, p. 443 - 461, 1994.

15. SCOTT, J. El género: una categoria útil para el analisis histórico. In: AMELANG, J. NASH, M. *Historia y género:* las mujeres en la Europa moderna y contemporánea. Valencia: Edicions Alfons El Magnanim, Instituición Valenciana d'Estudis i investigacion, 1990.

16. SEVERINO, A.J. *Filosofia.* São Paulo: Cortez, 1993. 210p.

17. WHITAKER, *D. Mulher & Homem*: o mito da desigualdade. São Paulo: Moderna, 1988. 96p.

Encaminhada para publicação em 14/8/94.
Aprovado para publicação em 30/1/95.